

EDITORIAL

Os trabalhos publicados nesta edição da Trabalho & Educação são apresentados aqui no contexto do golpe em curso no país, procurando chamar a atenção para o que significa o trabalho de pesquisa sobre trabalho e educação nesses tempos de dilapidação do patrimônio público, de cassação de direitos dos trabalhadores, de completo obscurantismo fascista em todos os âmbitos da vida brasileira.

Nosso colaborador francês, Marc Lorient, em *Sufrimento e queixas de estresse no trabalho. Uma leitura pela fragilização dos ofícios e coletivos*, “refere-se aos estudos sobre o sofrimento no trabalho e, nesse viés, [...] explora o estresse no contexto social, econômico e profissional.” Oportuno num país onde os direitos trabalhistas são cassados com o descaramento dos interesses do grande capital entranhado no governo do golpe de 2016.

Formação de professores para a educação profissional: concepções, contexto e categorias traz uma “síntese de estudos na área da formação de professores para a educação profissional no Brasil, denominada Forprofep.” A contribuição de Maria Rita Neto Sales Oliveira reforça as ações desenvolvidas “para a elaboração de projetos político-pedagógicos de qualidade social nessa área.” Outra contribuição oportuna em meio à grita dos neofascistas à brasileira que, infiltrados e invasores da educação brasileira, querem cassar a memória de Paulo Freire e calar os professores no seu ofício, na sua vida.

Teletrabalho e precarização – configurações do trabalho docente em EAD, de Carlos Rodrigues e Lêda Freitas, tem como objetivo “analisar o trabalho docente no contexto da educação a distância” e “evidenciar possíveis indicadores de precarização na organização do trabalho docente nesta modalidade de ensino.” Os autores apontam que “o trabalho em educação a distância é feito como modo de complementação de renda e com uma refinada divisão do trabalho.” Nessa direção, com base em dados objetivos, revelam, ainda que de forma indireta, alguns dos aspectos que motivam a camarilha que se instalou no poder com o golpe de 2016 e que flerta com candidatos à presidência envolvidos em campanhas de *marketing* para empresas privadas de educação cujo mote é justamente... a complementação de renda para o cidadão com a oferta de cursos (pagos, claro) de formação como... professores! Apontam ainda as “grandes discrepâncias salariais e de garantia de direitos trabalhistas” em tempos de flexibilização extremada nas relações e nos contratos de trabalho, cujo grande perdedor é o trabalhador docente, sujeito à intensa precarização de seu trabalho, à fragmentação da categoria em termos de sua identidade e mobilização e, conseqüentemente, à fragilização das relações formais de trabalho.

Lia Tiriba e Fernanda Santana, em *Do diário de campo: conversas com pescadoras/es do Pantanal Mato-Grossense sobre cultura do trabalho*, trazem “[...] à superfície o trabalho de campo realizado no âmbito de pesquisas fundamentadas no materialismo histórico dialético”, em meio à farsa trágica da história que se repete no país e que invade e agride tudo e todos com seus valores a favor das famílias e dos homens de bem que, num congresso apodrecido pelos próprios interesses intestinos, falseiam

a realidade mandando às favas os interesses do povo trabalhador. No artigo, as autoras, identificam os “[...] fios que tecem a cultura do trabalho da pesca artesanal profissional no Pantanal Mato-Grossense.” Viajando com pescadoras e pescadores, sujeitos de saberes e de sapiências, pelo Rio Paraguai ou em terra firme, é a partir dessa interação e escuta que apontam a ameaça da lógica destrutiva do capital para “a flora, a fauna e o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais.”

Enio Silva e Vanessa Barros, em *Reflexões sobre a atividade de trabalho do psiquiatra no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)*, tratam de compreender o que “fazem os psiquiatras no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) quando trabalham entre o prescrito e o real.” Abordam o trabalho do psiquiatria, cujo cenário de fundo é um contexto no qual o sucateamento e o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS), promovido por um governo cujos ministros estão envolvidos até o pescoço com os interesses da iniciativa privada e pensam a saúde como algo que diz mais a respeito aos grandes negócios dos planos de saúde do que à necessidade de atendimento da população. Os autores explicitam um panorama controverso e de desconforto em relação “aos processos de trabalho e ao lugar central ocupado pelo psiquiatra e pela medicina nas equipes atuantes nos CAPS”, e isso “à revelia dos princípios clínicos de tratamento e de descentralização de saberes e poderes preconizados pela Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica brasileiras.” Os princípios teórico-metodológicos considerados pelos autores levam em conta a Psicossociologia do Trabalho em diálogo com a abordagem da Ergologia, e a pesquisa foi realizada em quatro CAPS localizados em Belo Horizonte e Betim, na Região Metropolitana da capital mineira.

Em se tratando de outro CAPS, a pesquisa de Davidson Mendes e Synara Ruas considera a perspectiva de abordagem Ergológica, no que diz respeito ao aprofundamento epistemológico, com base na Análise Ergonômica do Trabalho (AET), como propedêutica, e com a participação de 16 profissionais da saúde, entre efetivos e contratados. Em *Análise das estratégias de gerenciamento de risco no trabalho dos profissionais da saúde em um CAPS*, os autores apontam a existência de estudos nos quais “os constrangimentos enfrentados em situação de trabalho, pelos trabalhadores da saúde, têm levado a um expressivo aumento no adoecimento desses profissionais.” Embora não se trate, explicitamente, de uma análise do contexto de desmonte do SUS no governo do golpe de 2016, o cenário apontado pelos autores indica situações nas quais os riscos assumidos no trabalho pelos profissionais e aqueles inerentes e/ou esporádicos seriam agravados diante desse processo de desmonte em curso. A “presença dos riscos visíveis no ambiente de trabalho”, no qual “os profissionais ainda lidam com situações não previstas”, ainda tem a invisibilidade “como um processo árduo” e significativo na gestão dos riscos e na promoção da saúde e da segurança no ambiente laboral. Os resultados apresentados pelos autores, considerada a complexidade da assistência prestada ao paciente psiquiátrico, diante das estratégias individuais e coletivas de gestão dos riscos inerentes ao trabalho no setor, revelaram que “o desacordo entre a proposta do novo modelo implantado [...], proposto pela Reforma Psiquiátrica, e a desconstrução do antigo” têm contribuição significativa nos impactos gerados em relação à saúde dos trabalhadores.

Ronaldo Araujo e Ana Maria Costa abordam as experiências de implementação do Ensino Médio Integrado no Brasil em *Lições da experimentação do Ensino Médio*

Integrado como projeto de emancipação. Aqui mais uma contribuição para pensar – e construir – a educação brasileira em tempos de imposições truculentas dos “sem partido” fascistoides, invasores bárbaros de todos os espaços de debates e implementação de propostas pedagógicas no país. Trabalhando a partir de pesquisa bibliográfica articulada ao trabalho de campo, os autores revelam que “vários sujeitos, redes e unidades de ensino produziram orientações e/ou implementaram ações inspiradas pela ideia de ensino integrado” e destacam que “as tentativas de ensino integrado revelam mais avanços quando articulados a projetos políticos claros de emancipação humana.” Apontam que das experiências positivas com o ensino integrado podem-se extrair importantes lições, a partir das quais é possível entendê-lo “não apenas como proposta pedagógica, mas sobretudo como uma bandeira política do campo democrático” e isso se constitui na direção do “enfrentamento da má qualidade da educação pública brasileira, que reserva apenas fragmentos da cultura letrada aos jovens de origem trabalhadora.”

Em *Políticas públicas de educação profissional e a inserção de egressos no mercado de trabalho*, Érika Andrade e Nelson Barbosa apresentam os resultados da pesquisa realizada junto aos cursos técnicos ofertados no *Campus Morrinhos* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. Com o objetivo de “analisar o processo de inserção profissional dos egressos de cursos técnicos concluintes no período de 2010 a 2014”, os autores apontam a educação profissional e tecnológica como “uma política pública voltada para a integração entre o ensino e as demandas de desenvolvimento econômico e social, em âmbito local e regional”, algo no âmbito de uma recente expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, cuja continuidade e consolidação, mesmo com todas as críticas pertinentes, encontra-se ameaçada neste 2017 de obscurantismo e atraso nas políticas públicas. A pesquisa dos autores é “de natureza analítica, com abordagem quantitativa dos dados coletados” e indica “a necessidade de aprofundamento nas discussões institucionais sobre a matriz curricular dos cursos técnicos, as áreas dos cursos ofertados e maior integração entre as instituições de ensino e o setor produtivo”, algo que se busca no limite entre os interesses do grande capital nas políticas educacionais, particularmente aquelas voltadas para a educação profissional e tecnológica.

Ricardo Corrêa e Décio do Nascimento relacionam os cursos de graduação ofertados em três *campi* da Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os anos de 2008 e 2016, “com as atividades econômicas que mais geraram empregos nas respectivas microrregiões”. Os autores realizaram pesquisa descritiva, bibliográfica e documental, utilizando relatórios de atividades da UFPR e dados da Relação de Informações Anuais Sociais (RAIS) para extrair as informações necessárias e *A interiorização das universidades e o mercado de trabalho regional: o caso da Universidade Federal do Paraná* é o resultado desse estudo. “No contexto da expansão e interiorização do ensino superior no Brasil,” que vinha se concretizando no “crescimento do número de polos universitários em pequenas e médias cidades”, os autores, a despeito de ainda não terem testemunhado os retrocessos postos no horizonte em relação à universidade pública e gratuita no país, desde a ascensão do governo golpista, de 2016 para cá, observam “que os cursos de Medicina Veterinária e Agronomia estão alinhados com as atividades econômicas regionais”, considerando o *campus*

Palotina, que atende às microrregiões de Toledo e Umuarama. Por outro lado, no caso da microrregião de Paranaguá, no litoral do estado, os *campi* de Pontal do Paraná e de Matinhos oferecem “poucos cursos relacionados diretamente com as atividades que mais geram empregos.” A área química e alimentar, por sua vez, é a que apresenta maior potencial de oferta de cursos, dadas as relações possíveis com as atividades econômicas nas regiões estudadas.

Jarbas Silva e Adriana Tonini apresentam, em *O desenvolvimento de saberes e a aprendizagem ativa na formação de engenheiros: o caso do protótipo baja no CEFET-MG*, o resultado de uma pesquisa cujo objetivo foi “compreender o processo de aprendizagem e desenvolvimento de saberes de engenheiros no projeto do protótipo de veículo BAJA no CEFET-MG.” Com pesquisa descritiva de natureza qualitativa, os autores realizaram pesquisa empírica, lançando mão da observação de campo e de entrevistas, além de realizarem análise de conteúdo, e identificaram os saberes desenvolvidos pelos participantes, avaliando suas interações, relacionando a experiência à teorização da Aprendizagem Ativa, de John Dewey. A conclusão, às portas de um tempo de entreguismo do patrimônio público brasileiro ao capital estrangeiro, é de “que o projeto é um exemplar de um processo educativo baseado na aprendizagem ativa, [...] promovendo a construção de [...] conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao engenheiro.”

Na nossa seção RESUMOS, os estudos apresentados ajudam a ampliar as análises apresentadas nos artigos, naquilo que suas interfaces podem contribuir para elas. As políticas públicas e a formação profissional estão no estudo de Yara Elizabeth Alves, n’*A efetividade das políticas e das práticas de formação profissional das mulheres presas*, no qual a autora “analisa a efetividade das políticas e das práticas de formação profissional das mulheres privadas de liberdade, instituídas em Minas Gerais, especificamente nas unidades prisionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte.” Alan Leite Moreira, por sua vez, vai tratar das “contribuições do estágio não obrigatório para a formação de estudantes de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba” n’*O estágio de estudantes de pedagogia: a experiência para além da sala de aula*. O estudo de egressos pode ser retomado com Julice Machado, em “*Começar de novo*”: processo de integração/reintegração no mercado de trabalho das alunas do PROEJA do Instituto Federal de Minas Gerais, que estuda “a inserção das alunas egressas, com 40 anos ou mais de idade [...] no mercado de trabalho.” Finalmente, Fernanda Campos busca “compreender a convergência na educação como uma possibilidade para o ensino superior”, em *Convergência na educação: políticas, tecnologias digitais e relações pedagógicas*.

Boa leitura a todos!

Ailton Vitor Guimarães¹

¹Doutor em Educação pela FaE/UFMG na Linha de Pesquisa Política, Trabalho e Formação Humana, Mestre em Tecnologia/Educação Tecnológica pelo CEFET-MG. Professor da Carreira de EBTT do CEFET-MG, membro do Grupo de Pesquisa em Teoria e Metodologia do Ensino Tecnológico (PETMET/CEFET-MG). E-mail: <vitor@deii.cefetmg.br> .